



Enquanto Alexandre de Moraes é contrário que lei retroaja e favoreça quem malversou recursos públicos, André Mendonça defende que nova redação pode ser aplicada a tais casos. Expectativa é de um resultado apertado

1 x 1 no julgamento que beneficia condenados

» LUANA PATRIOLINO

O julgamento que discute se a nova versão da Lei de Improbidade Administrativa (LIA) pode beneficiar quem já foi condenado, terminou empatado, ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Alexandre de Moraes, relator da ação, se manifestou contra a retroatividade da norma. O segundo a votar, André Mendonça, divergiu. A sessão será retomada na próxima quarta-feira com o voto dos outros ministros. A expectativa é de que o resultado do julgamento seja apertado — algo como 6 x 5 —, independente de ser adotado ou não a retroação.

Para Moraes, não se pode aplicar a nova versão da LIA, cujas mudanças foram sancionadas em 2021, para rever casos já transitados em julgado — com tramitação concluída. Para ele, isso feriria o princípio da segurança jurídica e defendeu “o respeito ao ato jurídico perfeito e em observância aos princípios da segurança jurídica, do acesso à justiça e da proteção da confiança, garantindo-se a plena eficácia dos atos praticados validamente antes da alteração legislativa”.

O ministro observou que a improbidade culposa (sem intenção) estava sendo aplicada legalmente até a mudança na legislação, e nunca foi declarada inconstitucional pela Corte. “Houve discussão, mas não houve declaração de inconstitucionalidade e a lei foi sendo aplicada legalmente”, disse.

O magistrado também se posicionou contra a chamada “prescrição intercorrente” — quando vence o prazo para que o Judiciário aprecie o caso. “Para mim, prescrição precisa de um elemento

Nelson Jr./SCO/STF



Moraes vinha sinalizando que não concorda com a nova redação da LIA. E confirmou isso, ontem, ao ler um voto contrário aos políticos

básico. Principalmente quando se trata de questão do poder do estado, quando há inércia do Estado. A eventual retroatividade seria o reconhecimento de prescrição por ausência de inércia estatal. Ao meu ver, a ausência de inércia estatal leva à irretroatividade do novo sistema prescricional”, salientou.

Moraes vinha sinalizando que discorda da visão do Congresso

sobre o tema. Um dos exemplos disso foi a decisão do magistrado que, em fevereiro, derrubou o dispositivo que dava exclusividade ao Ministério Público para acionar, na Justiça, quem cometeu ato de improbidade administrativa. Antes da mudança do Congresso, até então apenas a Advocacia-Geral da União (AGU) e as procuradorias de estados e

municípios tinham a prerrogativa de apresentar ações por malversação de recursos públicos.

Divergência

No entendimento de Mendonça, a nova regra deve ser aplicada para casos em andamento e pode ser revista nas condenações de improbidade

administrativa na modalidade culposa, quando não existe dolo. “Não vislumbro traço distintivo suficiente para afastar o princípio da retroatividade da lei mais benéfica. A ideia de distinção, de certa forma antagônica, entre culpa e dolo como elementos exigíveis, é uníssona em todo sistema de responsabilidade jurídica”, argumentou. Em

» Fachin agradece apoio de Pacheco

O ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enviou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mensagem de agradecimento pelo discurso em defesa da democracia e do sistema eleitoral. O parlamentar aproveitou o começo do semestre legislativo, na última quarta-feira, para apoiar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do TSE, e exaltar a lisura das eleições proporcionada pelas urnas eletrônicas — que classificou como “orgulho nacional”. Na mensagem, Fachin agradeceu a Pacheco e justificou a razão da mensagem. “Se deve ao fato que, em nosso modo de ver, os anais da história escreverão no futuro os nomes em uma das seguintes duas listas: os defensores da democracia, na qual de modo sobranceiro, se inscreve o senhor presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; e os cúmplices do populismo autoritário.

relação à prescrição, o ministro defendeu a aplicação imediata do prazo previsto na nova lei aos processos em curso.

O julgamento é aguardado com ansiedade por políticos que pretendem retornar à vida pública a partir de outubro, caso a Corte reconheça a retroatividade da LIA.

» LEIA MAIS na página 19

Delegados da Polícia Civil lançam carta pró-democracia

Cento e doze delegados da Polícia Civil de São Paulo lançaram, ontem, o documento *Carta Aberta dos Delegados de Polícia pela Democracia*. Trata-se da primeira manifestação de policiais depois do lançamento do manifesto *Estado de Direito, Sempre!*, que deve ser lido, no dia 11 de agosto, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Entre os signatários da carta estão o ex-delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo Domingo de Paulo Neto e o ex-diretor da Agência Nacional de Inteligência (Abin) Mauro Marcelo de Lima e Silva, além de

outros delegados de classe especial — topo da carreira na Polícia Civil.

O documento diz que os subscritores da carta “conscientes do papel institucional do delegado de polícia de ser o primeiro garantidor da legalidade e da justiça, manifestam a crença nos valores da democracia e da cidadania, rechaçando qualquer tentativa de desrespeito à ordem constitucional ou arroubos autoritários”. A carta prossegue afirmando que “a democracia é um valor constitucional consagrado na Constituição Cidadã, e seu conteúdo deve ser construído

dia a dia pelas instituições, em especial pelas agências de controle que integram o sistema de justiça, a exemplo da Polícia Civil”.

Os delegados lembram o arbítrio durante a ditadura militar e afirmam que em um “Estado Democrático de Direito, a Polícia Civil, tem o papel constitucional da preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e a função de polícia judiciária e apuração das infrações penais, não sendo possível compactuar com qualquer atentado à lei e aos bens que devem ser

protegidos constitucionalmente”.

Os delegados demonstram apoio à Justiça Eleitoral. “A reboque, o papel da polícia judiciária é o de órgão auxiliar da Justiça Eleitoral, inclusive na persecução dos crimes praticados contra a administração da justiça.”

O documento conclui salientando que os signatários reafirmam sua “disposição pela luta para garantia e defesa do Estado Democrático de Direito, pelo respeito aos três Poderes, bem como do processo eleitoral, que representa a vontade do povo e assim deve ser

acatada”. “Em suma, parafraseando Ulysses Guimarães: ‘traidor da Constituição é traidor da Pátria. Temos ódio e nojo à ditadura!’”

Base eleitoral

Trata-se de mais uma manifestação de uma categoria que faz parte da base eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL). Vem na sequência da nota divulgada pelos servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), no último dia 20, em favor do processo eleitoral brasileiro. Por meio

de nota, a associação que representa a categoria disse que “não há qualquer registro de fraude nas urnas eletrônicas desde a implantação do atual sistema”.

No documento, deixam claro que a Abin tem “prestado apoio técnico especializado à Justiça Eleitoral no fornecimento e implementação de sistemas e dispositivos criptográficos, que contribuem para a autenticidade, confidencialidade e inviolabilidade dos programas e dados das urnas utilizadas no país”. (Colaborou Luana Patriolino)

Bolsonaro tenta “impor” transparência

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) está tentando impor, “via Forças Armadas”, eleições transparentes. A afirmação faz parte de um áudio, que circulou nas redes sociais, e foi feita ontem durante reunião com pastores presidentes das Convenções das Afiliações da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), em Guarulhos (SP).

“Três (ministros) do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) acreditam piamente nas pesquisas do Datafolha. Não quero alongar muito sobre isso. Estou fazendo minha parte no tocante a isso, buscando impor, via Forças Armadas, que foram convidadas, a

nós termos eleições transparentes. “Porque, se houver algo de errado, não é só para mim. Vai ser para deputado, senador, governador”, disse.

Bolsonaro disse, ainda, que está sendo “ameaçado de cadeia quando deixar o governo”. “O pessoal sabe, quando anda comigo, quantas vezes eu falo: é muito mais fácil estar do outro lado, e não estar sendo ameaçado de cadeia quando deixar o governo. E qual é a acusação? Qual é o crime? O mesmo de que foi acusada de cometer uma senhora de nome Jeanine Añez, ex-presidente da Bolívia. Está presa, condenada a 10 anos. Qual acusação? Ato antidemocrático. Alguém lembrou de um inquérito

no Brasil com esse nome?”, ironizou, em referência ao processo do ministro Alexandre de Moraes e comparando sua situação com a da Añez.

7 de Setembro

A convocação dos militares, por Bolsonaro, no último dia 30, para participarem do desfile do 7 de Setembro na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, foi minimizada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Para ele, não haverá intercorrências políticas na data, quando o presidente espera reunir apoiadores em atos de rua.

“Se tivermos 7 de Setembro, vai ser uma festa linda, cívica, tranquila”, disse ontem, durante

o evento de um banco de investimentos, em São Paulo. Lira, porém, salientou que manifestantes não podem sair às ruas para fazer ameaças.

“O povo pode ir sempre às ruas. Só não pode ir com violência, nem com tumulto, bagunça ou ameaça”, observou.

Foi a primeira manifestação de Lira desde que Bolsonaro afirmou, durante o lançamento de sua candidatura à reeleição, na convenção do PL, que as Forças Armadas participarão “ao lado” de seus apoiadores dos atos governistas na data que marcará o Bicentenário da Independência. O presidente pediu aos apoiadores para irem às ruas neste dia “pela última vez”.

Cleber Caetano/PR



Presidente reconhece que usa os militares para pressionar o TSE